

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 6.592, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal de Seleção do Marco Regulatório do Terceiro Setor e dá outras providências.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a COMISSÃO DE SELEÇÃO, com o objetivo de selecionar as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil, no âmbito do Município de Itanhandu, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e com o Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

Art. 2º. A Comissão de Seleção do Marco Regulatório do Terceiro Setor será composta pelos seguintes servidores, que obedecerão aos respectivos cargos:

- I - Presidente – Mercedes Correa de Lima
- II - Secretário – Joseane Rita Marcolino Ribeiro
- III - Membro – Patrícia Prudêncio da Silva
- IV – Suplente – Lívia Chagas Nobre

Art. 3º. Fica o servidor designado impedido de participar desta comissão nos seguintes casos:

I - se nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das entidades em disputa.

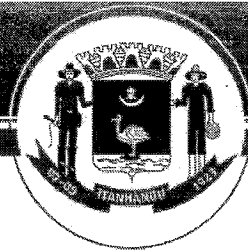
II - se parente do dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau.

§ 1º Confirmada a relação de que trata os incisos I e II deste artigo, o membro da comissão deve manifestar pela sua substituição por outro servidor de cargo ou função equivalente, exclusivamente para o caso, mantido sua atuação nos demais certames.

§ 2º Constatadas as irregularidades previstas nos incisos I e II deste artigo, todos os atos da comissão, relativamente àquele Chamamento, tornam-se nulos.

Art. 4º. Compete à Comissão de Seleção processar, analisar e verificar os documentos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil.

Decreto nº. 6.592 de 10.08.2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e revoga o Decreto nº. 4.499 de 28.06.2023, retroagindo seus efeitos ao dia 07.03.2023.

Itanhandu, 10 de agosto de 2023.


Paulo Henrique Pinto Monteiro
Prefeito Municipal

Decreto nº. 6.592 de 10.08.2023.

2



Prac. Prefeito Amador Guedes, 138 - Centro
CEP: 37.464-000 - Itanhandu/MG

www.itanhandu.mg.gov.br



OUVIDORIA
(35) 99732-9108



(35) 3361-2000



/prefeituradeltanhandu

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2023.

Itanhandu, 08 de agosto de 2023.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:7948F1DC

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.787, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

LEI Nº 1.787, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.

Abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 2.000,00 por anulação de dotação orçamentária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º. Esta Lei autoriza a abertura de crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para a Câmara Municipal, suplementando a seguinte rubrica orçamentária:

01.01.00.01.031.0001.2003 – Escola do Legislativo
01.01.00.01.031.0001.2003.3.3.90.14 – Diárias de Pessoal Civil
Fonte de Recurso 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. Para efeito do disposto no art. 2º desta Lei, fica anulada a seguinte rubrica orçamentária:

01.01.00.01.031.0001.1001 – Reforma e Ampliação do Prédio
01.01.00.01.031.0001.1001.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
..... R\$ 2.000,00

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar a despesa em até 30% (R\$ 600,00) do valor deste crédito.

Art. 5º. Fica autorizada a inclusão da dotação orçamentária criada em decorrência desta Lei, as alterações nas peças orçamentárias do Município de Itanhandu.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 23 de agosto de 2023.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:607A7AFC

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 6.592, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

DECRETO Nº 6.592, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal de Seleção do Marco Regulatório do Terceiro Setor e dá outras providências.

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a COMISSÃO DE SELEÇÃO, com o objetivo de selecionar as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil, no âmbito do Município de Itanhandu, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e com o Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

Art. 2º. A Comissão de Seleção do Marco Regulatório do Terceiro Setor será composta pelos seguintes servidores, que obedecerão aos respectivos cargos:

I - Presidente – Mercedes Correa de Lima
II - Secretário – Joseane Rita Marcolino Ribeiro
III - Membro – Patrícia Prudêncio da Silva
IV – Suplente – Livia Chagas Nobre

Art. 3º. Fica o servidor designado impedido de participar desta comissão nos seguintes casos:

I - se nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das entidades em disputa.

II - se parente do dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau.

§ 1º Confirmada a relação de que trata os incisos I e II deste artigo, o membro da comissão deve manifestar pela sua substituição por outro servidor de cargo ou função equivalente, exclusivamente para o caso, mantido sua atuação nos demais certames.

§ 2º Constatadas as irregularidades previstas nos incisos I e II deste artigo, todos os atos da comissão, relativamente àquele Chamamento, tornam-se nulos.

Art. 4º. Compete à Comissão de Seleção processar, analisar e verificar os documentos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e revoga o Decreto nº. 4.499 de 28.06.2023, retroagindo seus efeitos ao dia 07.03.2023.

Itanhandu, 10 de agosto de 2023.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:33557177

LICITAÇÃO SECRETARIA M. DE SAÚDE
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Extrato do 90º Termo Aditivo ao Contrato nº 61/2020 – Inexigibilidade 06/2020 – Partes: Município de Itanhandu e Casa de Caridade e Assistência a Maternidade e Infância de Itanhandu Dr. Rubens Nilo, CNPJ 21204276/0001-61. Objeto: repasse no valor de R\$ 330.865,44, referente a pagamento de 385 tomografias de coerência óptica e 498 de tratamento medicamentoso de doença da retina, referente ao mês de Maio/2023, produção FAEC. Dotação: ficha 424, fonte 1600. Data: 23/08/2023.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO –
Prefeito Municipal.